



## CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

### Gabinete do Vereador Professor Pierre

Rua Farinha Filho, n.º 50 - Centro

Nova Friburgo - RJ - 28.610-280

(22)2524-1700 - R. 230 - professorpierre@novafriburgo.rj.leg.br

Sr. Presidente:

**REQUEREMOS**, dentro das normas regimentais, PEDIDO DE INFORMAÇÃO com a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, solicitando ao Chefe do Executivo e aos respectivos setores responsáveis **informações e esclarecimentos sobre a movimentação de terra que especifica, ocorrida em São Lourenço, no 3º distrito:**

1. No sábado, 16 de janeiro do corrente, uma chuva intensa no município gerou escorregamentos de terra, dentre as quais em São Lourenço, 3º distrito de Nova Friburgo, redundando na destruição de uma escola municipal, do posto de saúde, de casa e na interdição pela Defesa Civil de outros imóveis adjacentes.

2. Todavia, após denúncias de munícipes, que redundaram em ação legislativa *in loco*, houve confirmação da existência de movimentação de terra pelo próprio responsável e por pessoas vinculadas.

3. Nesse sentido, no direito pleno de acesso à informação, no prazo máximo estabelecido pela Lei Orgânica Municipal, quer-se saber dados e obter documentos comprobatórios especialmente relativos a itens de que trata a licença ambiental simplificada, bem como em relação à Anotação de Responsabilidade Técnica (ART):

a) número(s) do(s) processo(s) administrativos de que trata(m) a respectiva movimentação de terra, além de cópia da autorização concedida pelo órgão executivo competente para a respectiva execução;

b) cópia e data da publicação do comunicado de recebimento da licença ambiental pelo responsável pela respectiva movimentação de terra na imprensa oficial do Município, inclusive se houve atendimento ao prazo estabelecido quanto a este procedimento;

c) prazo de validade da respectiva licença ambiental, apontando se houve alguma renovação da mesma atendendo às determinações dentro do prazo estabelecido pelo órgão competente;

d) cópia da justificativa para a respectiva movimentação de terra;

e) cópia do documento de ciência de cada um dos vizinhos do referido terreno, inclusive, em se tratando de parte deles serem prédios públicos, de comunicação formal às Secretarias de Educação e de Saúde e, por conseguinte, aos conselhos municipais de educação e de saúde, quanto ao processo de movimentação de terra;

f) cópia de documento que comprove a necessária drenagem superficial do terreno;

g) nome da(s) empresa(s) licenciada(s) ambientalmente que foi (foram) responsável(is) pela disposição e transporte dos materiais provenientes da respectiva movimentação de terra;

- h) cópia da autorização prévia do órgão ambiental competente para supressão de vegetação do terreno;
- i) comprovação, mediante relatórios e demais meios, de que houve a manutenção umedecida de pilhas do material escavado ao ar livre e na vias internas, procedimento essencial para evitar a emissão de material particulado na atmosfera;
- j) comprovação, por meio de registros e demais provas, dos métodos e procedimentos que garantiriam a estabilidade do respectivo talude durante e após a referida movimentação de terra;
- k) comprovação de que houve atendimento a todas as disposições da DZ 1310.R-7 (Sistema de Manifesto de Resíduos), a qual está apensa, remetendo, inclusive, cópia devidamente preenchida dos campos constantes do Anexo 1 da citada Diretriz, as quais contêm vias para o gerador, o transportador, o receptor e o órgão ambiental responsável;
- l) comprovação se houve atendimento às medidas de controle para evitar carreamento e transbordamento de material para as vias públicas, como, entre outras ações, cobertura da carga com lona;
- m) comprovação de que o órgão ambiental competente fiscalizou o cumprimento da Lei Federal n.º 12.727/12 (anexa);
- n) cópia do projeto, memória e cálculo apresentados à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável (SEMMADUS), bem como nome dos profissionais devidamente habilitados para a respectiva execução, contendo a cópia da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);
- o) cópia da foto da placa de identificação da obra que teria sido afixada no respectivo local;
- p) se houve inibição, mediante ato fiscalizatório comprovado do órgão competente, quanto ao acúmulo de água no local onde ocorreu a movimentação de terra, e que medidas foram tomadas no caso de constatação de acúmulo de água;
- q) se houve alteração do projeto no decorrer de sua execução e, em havendo, remeter cópia do parecer da SEMMADUS quanto à eventual alteração;
- r) se a SEMMADUS observou necessidade de outras medidas de proteção ambiental quanto a esse processo, indicando quais, caso eventualmente tenham ocorrido.

Nestes Termos,  
Pedem deferimento.

Nova Friburgo, em 02 de fevereiro de 2016.

Professor Pierre  
**Vereador – PSOL**  
(relator)

Joelson do Pote  
**Vereador - PSD**